



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MEC – SETEC

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 036, DE 26 DE OUTUBRO DE 2021

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria IFMT nº 345, de 01/03/2021, e considerando o Processo IFMT nº 23188.001801.2021-80 e decisão na 5ª Reunião Ordinária do CONSEPE, realizada em 26/10/2021;

RESOLVE:

Art. 1º – Recomendar a aprovação do Documento Base do Programa Dom Pedro Casaldáliga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, conforme anexo.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cuiabá-MT, 26 de outubro de 2021.

Marcus Vinicius Taques Arruda

Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFMT

Portaria IFMT nº 345, de 01/03/2021

Documento assinado eletronicamente por:

- Marcus Vinicius Taques Arruda, PRO-REITOR - CD0002 - RTR-PROEX, em 26/10/2021 15:16:18.
- Bruno Serpa Vieira, COORDENADOR - FG0002 - ALF-PES, em 26/10/2021 16:28:16.
- Renan Lucas Miorin, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 26/10/2021 17:02:35.
- Erica Baleroni Pacheco, CHEFE DE DEPARTAMENTO - CD - TGA-ENS, em 26/10/2021 20:23:46.
- Gleiner Rogerys Marques de Queiroz, CHEFE - CD0004 - BAG-DEN, em 26/10/2021 20:35:44.
- Angela Santana de Oliveira, PRO-REITOR - CD2 - RTR-PROPE, em 27/10/2021 09:28:02.
- Fabricio Ribeiro Andrade, COORDENADOR - FG0002 - JNA-PES, em 27/10/2021 09:32:58.
- Luciana Maria Klamt, PRO-REITOR - CD0002 - RTR-PROEN, em 27/10/2021 10:01:40.
- Lívio dos Santos Wogel, DIRETOR GERAL - CD0002 - SVC-DG, em 27/10/2021 12:21:54.
- Vanusa Barbosa Rodrigues, CHEFE DE GABINETE - FG0001 - CAS-GAB, em 27/10/2021 15:28:43.
- Selton Evaristo de Almeida Chagas, Coordenador de Extensão - FG2 - ROO-PEX, em 29/10/2021 16:17:18.
- Marcos Almeida de Faria, TECNOLOGO-FORMACAO, em 29/10/2021 19:16:07.
- Ana Paula Vasconcelos da Silva, COORDENADOR - FG0002 - BAG-EXT, em 01/11/2021 13:03:26.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 20/10/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 254602

Código de Autenticação: 1fc4b9f5e5





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO**

**DOCUMENTO-BASE DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA A
COMUNIDADES TRADICIONAIS E GRUPOS EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE
SOCIAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DOM PEDRO CASALDÁLIGA**

Cuiabá

2021

Sumário

Apresentação	2
1. Contextualização	4
2. Objeto	5
3. Caracterização do Público-alvo	5
3.1. Quilombolas	5
Os quilombos em Mato Grosso	100
3.2. Acampados e Assentados Rurais	17
3.3. Indígenas	21
3.4. Ribeirinhos	233
3.5. Catadores de materiais recicláveis	233
3.6. Migrantes e Refugiados	26
4. Justificativa	28
5. Objetivo	29
6. Executores do Programas	30
6.1. Gestor do Programa	30
6.2. Coordenador de projetos	31
6.3. Articulador externo de projetos	31
6.4. Estudante Bolsista de projetos	32
6.5. Formador	32
7. Ações propostas no programa	32
8. Metodologia	33
9. Metas para 2021 e 2022	43
10. Referência Bibliográficas	44

Apresentação

Este documento foi elaborado pela comissão Central de Construção do Programa Pedro Casaldáliga, programa de extensão do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) voltado à educação inclusiva, que objetiva ofertar cursos FIC para comunidades tradicionais e pessoas que vivem em contexto de vulnerabilidade social no estado de Mato Grosso. A proposta é uma homenagem ao grande líder religioso e poeta Pedro Casaldáliga.

Pedro Casaldáliga nasceu em 16 de fevereiro de 1928, no seio de uma família religiosa e humilde, na cidade de Balsaren, região de Barcelona, Espanha. Foi ordenado sacerdote em maio de 1952. Trabalhou como diretor da revista El Iris de la Paz, escreveu para jornais, revistas, rádios e teatro. Além disso, foi diretor de seminário para a formação de futuros padres, enviado para a África como missionário para ser assessor de Cursilhos de Cristandade.

Veio ao Brasil em 1968, sendo o primeiro padre a residir e trabalhar fixamente na região de São Félix do Araguaia. Em 1971, foi ordenado bispo da recém-criada Prelazia de São Félix do Araguaia. Na ocasião, lançou a Carta Pastoral “Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social”, assumindo uma caminhada junto aos oprimidos e marginalizados da sociedade, os últimos da sociedade, especialmente os indígenas, os peões, os posseiros, as prostitutas... Vestido de maneira simples como qualquer homem do lugar, um anel de tucum no dedo e chinelos nos pés; preferia andar de ônibus nas suas idas às mais diversas comunidades, para aí manter contato com as pessoas, escutando e contando histórias, sempre bem-humorado.

Em sua intimidade, era homem de fé, de uma profunda espiritualidade. Sempre iniciava o dia com a oração, em particular ou comunitariamente, para depois abrir as portas da casa para atender pessoalmente quem fosse procurá-lo; enquanto revisava sua correspondência, escrevia seus textos e fazia suas leituras.

Como bispo, sempre esteve profundamente ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sendo o principal influenciador da criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organismos da Pastoral Social da CNBB. Sem descuidar de sua atividade pastoral, escreveu mais de vinte e cinco obras, em catalão, espanhol e português, em prosa e em verso, quase todas traduzidas para diversos idiomas, que refletem sobre sua atividade junto ao povo. Recebeu muitos títulos de Doutor Honoris Causa e Prêmios do

Brasil, da Espanha e de outros países. Em 1992, seu nome foi indicado para o prêmio Nobel da Paz.

Pedro, como carinhosamente o chamávamos, era um homem de muitas causas. “Minhas causas valem mais do que a minha vida”, dizia. Sempre teve uma profunda ligação com a educação que se desenvolveu nesta região, entre o Araguaia e o Xingu, facilitando e incentivando o acesso aos estudos a todas as pessoas nos mais distantes rincões do território desta prelazia.

Por defender o direito à terra preservada a todas as pessoas, foi perseguido, caluniado e ameaçado de morte por aqueles que queriam viver de privilégios. A estes, Pedro lhes respondia: “Na dúvida, fique sempre do lado dos pobres”. A quem o procurava manifestando seu desânimo e tristeza, respondia: “Esperança”. Para ele, esperança não era esperar, mas esperançar, como era empregado por Paulo Freire.

Nos últimos anos de sua vida, na cadeira de rodas e quase sem voz, segurava com muita força as mãos de quem o escutava e repetia: “Esperança, esperança sempre”.

Antonio Eliseo Gobatto

Canabrava do Norte-MT, 23/07/2021.

O IFMT, na condição de instituição pública de educação profissional e tecnológica, ofertante de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação Superior e Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, promotora de desenvolvimento local e regional no estado de Mato Grosso, faz parte da base para construção de uma sociedade justa, através da transferência de tecnologias, capacitando mão de obra e gerando renda, cumprindo sua missão de educar para a vida e o trabalho. E esta iniciativa advém da necessidade de reunir esforços já empregados pelo IFMT. Este documento-base contém dados, análises e propostas a fim de embasar a implantação do Programa Institucional Pedro Casaldáliga.

1. Contextualização

Desde a sua criação, o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) tem despendido esforços em prol da igualdade social, através de programas de educação inclusiva. Em 2011, quando a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a formação profissional e tecnológica passou a estar articulada com a elevação de escolaridade de trabalhadores e pessoas em situação de vulnerabilidade social. Naquele ano, então, vários campi do IFMT passaram a ofertar cursos do Pronatec; em 2014, estendeu-se a todos os 19 campi da Instituição. Contudo, devido à crise política associada à crise econômica deflagrada no país, os recursos ficaram escassos, o foco das pactuações em âmbito nacional mudou, e o IFMT deixou de promover tais cursos.

Em meio às atividades já realizadas, é perceptível a necessidade de dar continuidade a programas que visem qualificar mão de obra e gerar renda, melhorando a qualidade de vida e dando dignidade às pessoas. Assim, em 2021, nasce o Programa Pedro Casaldáliga, uma homenagem ao “bispo do povo”; Pedro Casaldáliga foi um ícone internacional na defesa dos povos do campo, assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, enfrentando as ditaduras de dois países. Este Programa, portanto, objetiva ofertar Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) para comunidades tradicionais e minorias no estado de Mato Grosso.

Esses cursos, também conhecidos como cursos de qualificação profissional, têm como foco uma formação específica. No caso do Programa Pedro Casaldáliga, eles possuem carga horária mínima de 8 horas e máxima de 350 horas, conforme estabelecido no Regulamento Didático do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Resolução nº 81, de 26 de novembro de 2020, e no Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do IFMT, Resolução nº 12, de 28 de março de 2019. Com duração máxima de 6 meses, visam qualificar mão de obra através de cursos técnicos de curta duração, possibilitando transferência de novas tecnologias e modelos de produção, no intuito de melhorar a produção, promover a subsistência e gerar renda, mantendo, assim, o homem do campo no campo ou em suas comunidades.

Este Programa surge com o intuito de apoiar e dar continuidade à luta de Pedro — como sempre foi conhecido na beira do **Rio Araguaia** —, que, ao longo de sua vida terrena, empenhou-se a cuidar dos menos favorecidos, construindo sonhos e mostrando, com seu exemplo, que é

possível ter dignidade e qualidade de vida. “Na dúvida, fique ao lado dos pobres”: a frase de Dom Pedro Casaldáliga, bispo emérito de São Félix do Araguaia (MT), guiou sua trajetória de quarenta anos de luta pelos direitos dos povos tradicionais e minorias. Dedicou a vida a defender os mais pobres, os ameaçados e os oprimidos. “Minhas causas valem mais do que minha vida”, dizia, segundo a escritora Ana Helena Tavares.. Quais eram essas causas? As causas da terra, dos pobres e dos mártires, partes essenciais da vida de Pedro.

Nesta perspectiva, o IFMT, através da Pró-Reitoria de Extensão, criou o Programa Pedro Casaldáliga, a fim de continuar essa luta. Acredita-se que, através de uma educação inclusiva, é possível transformar a realidade de um povo, pois, como já escreveu Paulo Freire, “a Educação muda pessoas, e pessoas transformam o mundo”.

2. Objeto

Programa de educação inclusiva com oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada, nas áreas de interesse das comunidades tradicionais e grupos em contexto de vulnerabilidade social em Mato Grosso: quilombolas, acampados e assentados rurais, indígenas, ribeirinhos, catadores de materiais recicláveis, migrantes e refugiados.

3. Caracterização do público-alvo

3.1. Quilombolas

Não é possível pensar a história do Brasil sem falar da presença africana. Apesar de não haver unanimidade entre os historiadores, há o consenso de que os primeiros africanos, trazidos compulsoriamente para serem utilizados como mão de obra escravizada, aportaram no país entre 1538-1539, o que denota a existência da escravidão por mais de 300 anos. Os séculos de sistema escravista refletem, ainda hoje, de maneira profunda, nos aspectos sociais, econômicos e culturais da sociedade brasileira. Para Moura (1986, p. 12), “este fato não é levado ao nível de reflexão que merece pelos nossos historiadores e sociólogos”. Destaca-se que, entre todos os países americanos, o Brasil foi o que, por último, revogou legalmente a escravidão e o que mais importou escravizados.

“Apesar de ser construído no imaginário social brasileiro que homens e mulheres que viviam em estado de escravização eram subservientes, Moura (1986) demonstra que o escravo

do Brasil nunca foi o elemento passivo” (MENDES, 2020, p. 61). Mesmo em situação desfavorável perante a opressão colonial, os africanos e africanas não se submeteram, sem reação, à condição da escravidão e imprimiram diferentes formas de resistência: das rebeliões e fugas das senzalas, foram formados os quilombos.

Segundo Moura (1986, p. 9-10), os escravizados são testemunhas de uma história em que não existiu passividade, considerando-se o registro de inúmeras insurreições protagonizadas por homens e mulheres negras em situação de escravidão, sendo a mais conhecida nacionalmente a do Quilombo dos Palmares[1], fundado por Zumbi.

Mendes (2020), ao fazer uma reflexão sobre a formação dos quilombos no Brasil, argumenta que o país apresenta como base de sua formação histórica o tráfico e o comércio de crianças, jovens, mulheres e homens africanos, desde o século XVI. Constata-se que, em lugares onde se concentrava um número grande de pessoas escravizadas, houve mais fugas e mais quilombos que se formavam com pequenas ou grandes concentrações de escravizados. O “quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse”, demonstrando a capacidade de organização pela resistência que oferecia, plantando roças, construindo casas e estabelecendo novos sistemas de defesas. O quilombo é, portanto, uma forma de combater o sistema escravista, não sendo casual, mas quase orgânico(MENDES, 2020, p. 62 apud MOURA, 1988, p. 103).

Em se tratando do termo “quilombo”, este tem sido sistematicamente usado desde o período colonial. Contemporaneamente, é uma forma de resistência aos ataques aos direitos, incluindo o direito à terra, e aos ataques do capital econômico, que insistentemente buscam apropriar os meios de produção de riquezas (MENDES, 2020, p.63).

Para Leite (2000, p. 4), o Conselho Ultramarino Português de 1740 definiu quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”[2].

Vários teóricos buscaram, posteriormente, pautar a origem do termo. Para Lopes (1987), “quilombo” é um termo específico dos africanos bantos. Birmigham (1974) sugere que o quilombo se origina na tradição através de organizações clânicas e que suas linhagens chegam até o Brasil através dos portugueses (MENDES, 2020, p. 63).

No entender de Munanga (1996), ao retomar a relação do quilombo com a África, reitera-se que este visava implantar outra estrutura política na qual se encontravam todos os oprimidos.

Para Furtado, Sucupira e Alves (2014, p. 109), os quilombos brasileiros assumiram sentidos diversos, em épocas e regiões diferentes. “Esse vocábulo, juntamente com seu conteúdo militar e sociopolítico, remete-se a povos africanos de línguas *bantu*, como os *Imbangala*, os *Kongo*, os *Ovimbundue* e os *Lunda*” (MENDES, 2020, p. 63).

Para Mendes (2020 apud ALMEIDA, 2011), a construção do campo conceitual de quilombo, no final do século XX e nesta primeira década do século XXI, compreende que existem inúmeras noções atuantes, que têm como ponto inicial situações sociais específicas, descritas, inclusive, por instrumentos político-organizativos. Esse mesmo autor ainda compreende o quilombo como categoria histórica com consenso jurídico-formal, uma vez que contempla disposições legais vigentes no período colonial e, no imperial, as leis postas em prática pelas políticas repressivas, as quais foram reforçadas com o aniquilamento das rebeliões. Essa brevíssima retomada de alguns autores que tratam do tema dos quilombos não tem a pretensão de exaurir os conceitos que colaboram na definição da ideia de quilombo, até porque são amplas e variáveis (MENDES, 2020, p. 63).

Com relação às características dos quilombos, a permanente ligação dos escravos com os quilombolas era uma das particularidades desse tipo de revolta. Ocorria “a interação com alguns segmentos e núcleos oprimidos pela sociedade escravista: pequenos proprietários, agricultores, comerciantes, regatões e mascates de um modo geral” (MENDES, 2020, p. 64 apud MOURA, 1986, p. 21), assim como com os dos engenhos, especialmente na região de Sergipe e Minas Gerais.

O que a história nos mostra é que houve várias formações de quilombos, como o Palmares, Jabaquara, Quilombo do Piolho ou do Quariterê, e cada um, da sua forma, desempenhou uma função no processo de acabar com o regime escravista no país (MENDES, 2020, p. 64).

Atualmente, a definição de quilombos não se vincula mais à situação de fuga, nem a locais isolados geograficamente. Existem vários estudos e pesquisas históricas, culturais e antropológicas, realizadas em comunidades negras rurais contemporâneas, que indicam que as

terras ocupadas pelas comunidades negras têm origens diversas: por doações feitas pelos antigos donos, por meio de compra por parte de pessoas negras alforriadas, por ocupação de terras devolutas, entre outras formas de aquisição (MENDES, 2020, p. 65 apud CASTILHO, 2011).

Para Castilho (2011), as comunidades quilombolas atuais estão vinculadas a uma identidade coletiva, com referência histórica comum e valores compartilhados, enfim, são núcleos de resistência contemporâneos. Assim, remanescentes de quilombos^[3] seriam o vínculo de uma identidade coletiva, manifestações culturais, luta para permanecer na terra. Ressalta-se que ainda não é possível determinar um número exato de comunidades remanescentes de quilombo no Brasil, uma vez que nem todas foram reconhecidas pelo Estado, existindo números diferentes em fontes bibliográficas pesquisadas (MENDES, 2020, p. 65).

O termo “remanescentes de quilombos” é complexo, polêmico e tratado em diferentes estudos. Tal denominação nos permite pensar em algo que não existe mais ou está em fase de apreciação. A expressão “remanescente das comunidades de quilombos”, que surge na Assembleia Constituinte de 1988, não trata apenas dos pleitos por títulos fundiários, mas de uma discussão mais ampla travada nos movimentos negros e entre parlamentares e enredadas com a luta antirracista (MENDES, 2020, p. 66).

A categoria remanescente de quilombos deve ser entendida, em sua forma estrutural-histórica, como um ente vivo. É isso que propôs o texto constitucional: o reconhecimento da propriedade territorial definitiva às comunidades quilombolas e também a emissão de seus respectivos títulos. O art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais transitórias (ADCT) não apenas reconheceu o direito às terras que ocupam, como também criou tal categoria política e sociológica (MENDES, 2020, p. 66).

Para Mendes (2020, p. 66), foi no intuito de ampliar a visão desse conceito que, em outubro de 1994, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) conferiu-lhe novas significações: “não podem ser definidos em termos biológicos e raciais, mas como criações sociais, que se assentam na posse e usufruto em comum de um dado território e na preservação e reelaboração de um patrimônio cultural e de identidade própria” (ABA, 1994, p. 84). Deve-se, assim, entender as comunidades quilombolas como coletividade que possuem padrões culturais próprios,

transmitidos e adaptados por cada nova geração. São grupos étnicos, uma forma de organização social, com características de autoatribuição ou da atribuição por outros (BARTH, 2000).

A partir da concepção de Castilho (2011), as comunidades quilombolas devem ser entendidas contemporaneamente, vinculadas a uma identidade coletiva, com referência histórica comum e valores compartilhados, núcleos de resistência contemporâneos:

A presença de representantes dos movimentos negros, indígenas, sociedade civil organizada, dos setores progressistas da Academia e da Igreja na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) colocou em pauta a denúncia contra o racismo. Tal denúncia visava confrontar o mito da democracia racial no Brasil, que nega a existência de conflitos raciais no país e, por isso mesmo, tem impedido a promoção e aplicabilidade de medidas legais compensatórias no sentido de minimizar os efeitos do processo de opressão histórica sofrida pelos africanos escravizados e seus descendentes em “terras brasileiras” (FURTADO, 2012, p. 56).

A Carta Magna de 1988, nos art. 215 e 216, garantem os direitos culturais e a proteção do patrimônio cultural brasileiro, entre eles, às comunidades quilombolas. Também, a Fundação Cultural Palmares, criada em 1988, contribui para assegurar políticas públicas afirmativas voltadas a esses agentes sociais e passa a ser a principal responsável pelos procedimentos que levam ao reconhecimento das comunidades quilombolas (MENDES, 2020, p. 66).

Apenas 100 anos depois da abolição, a partir da Constituição Federal de 1988, é que o Estado brasileiro reconheceu a dívida histórica com a população afrodescendente. O art. 68 da CF 1988 assegura: “Aos remanescentes das Comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (Art. 68/ADCT/CF1988).

Dessa maneira,

[a] chamada comunidade remanescente de quilombo é uma categoria social relativamente recente, representa uma força social relevante no meio rural brasileiro, dando nova tradução àquilo que era conhecido como comunidades negras rurais (mais ao centro, sul e sudeste do país) e terras de preto (mais ao norte e nordeste), que também começa a penetrar ao meio urbano, dando nova tradução a um leque variado de situações que vão desde antigas comunidades negras rurais atingidas pela expansão dos perímetros urbanos até bairros no entorno dos terreiros de candomblé (CONAC).

Esse cenário proporcionou a formação de agendas com vistas à formação de políticas públicas para atender especificamente às comunidades remanescentes de quilombos. Um marco

importante na consolidação dos direitos das comunidades remanescentes de quilombos foi a assinatura do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 da CF de 1988. A partir de então, o Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) se tornou o órgão competente, na esfera federal, para a emissão dos pareceres de posse, a partir da avaliação conjunta das indicações da própria comunidade e de estudos técnicos e científicos. A delimitação espacial leva em consideração questões históricas, econômicas, ambientais e socioculturais da terra ocupada pela comunidade. De acordo com dados levantados pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), em 2020, o Brasil conta com 6.330 comunidades quilombolas e mais de 16 milhões de pessoas.

3.1.1 Os quilombos em Mato Grosso

Para Mendes (2020, p. 66 apud SIQUEIRA, 1990), em Mato Grosso, também vigorou a política escravista, marcada por manifestações de fugas utilizadas pelos escravizados em diferentes contextos. A entrada de crianças, mulheres e homens negros africanos no território onde hoje é o estado de Mato Grosso reporta-se ao século XVIII, ocasião em que eram trazidos escravizados para trabalharem nas atividades mineradoras. Posteriormente (fins dos séculos XVIII e início do XIX), estes passaram a realizar outros tipos de tarefas: junto a plantações e beneficiamento da cana-de-açúcar, em atividades agrícolas em geral e atividades urbanas.

Com a criação da Capitania de Mato Grosso, com sede/capital no vale do rio Guaporé (atual Vila Bela da Santíssima Trindade), instalada em 19 de março de 1752, a chegada dessas pessoas tornou-se mais abundante; elas eram trazidas via Companhia do Comércio Grão-Pará e Maranhão tratadas como mercadorias mais desejadas pelos colonos da localidade (MENDES, 2020 apud SIQUEIRA, 1990).

A transferência da capital da Capitania de Mato Grosso de Vila Bela da Santíssima Trindade para Cuiabá, em 1835, conforme explica Moura (1988), fez com que Vila Bela se transformasse em um abrigo para os escravos que fugiram das crueldades dos senhores malfeitores, refugiados nas matas mato-grossenses (MENDES, 2020, p. 69).

Em episódios históricos nacionais como a Independência do Brasil (1822) e a Guerra do Paraguai (1864 a 1870), que envolviam o estado de Mato Grosso, “houve aumento das deserções, inclusive de escravos que tentavam se passar por livres e se alistar nas tropas, aliás recheadas de libertos e de homens negros e mestiços livres” (GOMES, 2015, p. 13).

Conforme Gomes (2015), ao se tornarem soldados de guerras, os escravizados adquiriam o status de homens livres, tendo a oportunidade de, através da deserção, formar novos quilombos e escapar, assim, da condição de escravos. Os pequenos enfrentamentos por parte dos agentes sociais negros escravizados tinham, nas fugas coletivas ou individuais, uma estratégia largamente utilizada.

Essas comunidades apresentam muitos traços em comum, como a capacidade organizacional e a fartura de alimentos. A sua construção se deu de forma heterogênea, com pessoas e culturas diferentes, mas que, sem exceção, buscavam a liberdade (MENDES, 2020, p. 69 apud VOLPATO, 1996).

De acordo com Silva (2011, p. 94), os escravizados em Mato Grosso se “concentravam em nove localidades: Cuiabá, Poconé, Cáceres, Vila Bela, Diamantino, Rosário, Corumbá, Santana do Paranaíba (as duas últimas pertenciam a Mato Grosso antes da divisão do estado, atualmente pertencem a Mato Grosso do Sul)”. O município de Poconé apresenta, hoje, a maior quantidade de comunidades quilombolas do estado de Mato Grosso (MENDES, 2020, p. 69).

No despertar do século XVIII, em Vila Bela da Santíssima Trindade, apareceu o grande quilombo do Quariterê, que ficou conhecido como Piolho. Por volta de 1770, ele foi destruído. Porém, “[depois] dos ataques de 1770, os aquilombados permaneceram escondidos e voltaram a se estabelecer nas vizinhanças do antigo lugar” (COSTA, 2017, p. 35).

Ressalta-se também a existência de pequenos quilombos na chapada dos Parecis, nas proximidades do rio Galera, Sararé e Pindaituba, Mata-Cavalo, em Nossa Senhora do Livramento, nas proximidades do município de Poconé (MT).

As comunidades quilombolas guardam em si uma hereditariedade encoberta, sendo um dos grupos sociais que mais precisam de apoio para manter vivas suas expressões culturais, somadas por tradições e costumes que passam pela música, gastronomia e danças (MENDES, 2020, p. 69).

O estado de Mato Grosso possui 77 comunidades remanescentes de quilombola (CRQs)^[4]; e, de acordo com dados atualizados pela Portaria 315, de 15/12/2017, 70 delas possuem certificação expedida pela Fundação Cultural Palmares, , instituição pública federal vinculada ao Ministério da Cultura voltada para a promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira (MENDES, 2020, p. 74).

Com a Portaria da Fundação Cultural Palmares 98/2007, que instituiu o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto Presidencial 4.887/2003, foi realizada a emissão da certidão de autodefinição das comunidades quilombolas do município de Poconé (MENDES, 2020, p. 74).

Em se tratando da realidade atual das comunidades quilombolas de Mato Grosso, a professora Giovana Ferreira Mendes, do IFMT- Campus Várzea Grande, traçou um breve panorama das Comunidades Remanescentes de Quilombolas (CRQs) em Mato Grosso.

Quadro 1 - Comunidades quilombolas certificadas no estado de Mato Grosso

COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOLA (CRQS)	MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO
Aldeias	Acorizal
Baús	Acorizal
Água Doce	Barra do Bugres
Baixio	Barra do Bugres
Morro Redondo	Barra do Bugres
Vaca Morta	Barra do Bugres
Vermelhinho	Barra do Bugres

Vãozinho	Barra do Bugres/Porto Estrela
Chapadinha	Cáceres
Exú	Cáceres
Monjolo	Cáceres
Pita Canudo	Cáceres
Ponta de Morro	Cáceres
Santana	Cáceres
São Gonçalo	Cáceres
Aricá-açu	Chapada dos Guimarães
Barro Preto Serra do Cambambi	Chapada dos Guimarães
Cachoeira do Bom Jardim	Chapada dos Guimarães
Cansanção	Chapada dos Guimarães
Itambé	Chapada dos Guimarães
Lagoinha de Baixo	Chapada dos Guimarães
Lagoinha de Cima	Chapada dos Guimarães
Aguassu	Cuiabá
Coxipó-açu/	Cuiabá

São Gerônimo	Cuiabá
Barreiro	Nossa Senhora do Livramento
Cabeceira do Santana	Nossa Senhora do Livramento
Campina Verde	Nossa Senhora do Livramento
Entrada do Bananal	Nossa Senhora do Livramento
Jacaré de Cima	Nossa Senhora do Livramento
Mata Cavalo	Nossa Senhora do Livramento
Olho D'Água Vermelho	Nossa Senhora do Livramento
Ribeirão da Mutuca	Nossa Senhora do Livramento
Família Vieira Amorim	Novo Santo Antônio
Aranha	Poconé
Cágado	Poconé
Campina da Pedra I	Poconé
Campina da Pedra II	Poconé
Canto do Agostinho	Poconé
Capão Verde	Poconé
Céu Azul	Poconé
Chafariz Urubama	Poconé

Chumbo	Poconé
Coitinho	Poconé
Curralinho	Poconé
Imbé	Poconé
Jejum	Poconé
Laranjal	Poconé
Minadouro II	Poconé
Monjolo	Poconé
Morrinhos	Poconé
Morro Cortado	Poconé
Pantanalzinho	Poconé
Passagem de Carro	Poconé
Pedra Viva	Poconé
Rodeio	Poconé
São Benedito	Poconé
São Gonçalo	Poconé
Sete Porcos	Poconé
Tanque do Padre Pinhal	Poconé

Varal	Poconé
Bocaina	Porto Estrela
Abolição	Santo Antônio do Leverger
Comunidade Sesmaria Bigorna/Estiva	Santo Antônio do Leverger
Capão de Negro Cristo Rei	Várzea Grande
Bela Cor	Vila Bela da Santíssima Trindade
Vale do Alegre	Vila Bela da Santíssima Trindade
Boqueirão, Vale dos Rios Alegre e Guaporé- Porto Bananal	Vila Bela da Santíssima Trindade
Capão do Negro	Vila Bela da Santíssima Trindade
Manga	Vila Bela da Santíssima Trindade

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados obtidos da Fundação Cultural Palmares, 2017.

[1] O Quilombo dos Palmares foi um quilombo da era colonial brasileira. Localizava-se na Serra da Barriga, na então Capitania de Pernambuco, região hoje pertencente ao município de União dos Palmares, no estado brasileiro de Alagoas. Conheceu o seu auge na segunda metade do século XVII, constituindo-se no mais emblemático dos quilombos formados no período colonial. Resistiu, por mais de um século, o seu mito, transformando-se em moderno símbolo da resistência do africano à escravidão [...]. Foi na região da Serra da Barriga, na então Capitania de Pernambuco, que Ganga Zumba e outros escravos fugidos formaram o Quilombo dos Palmares. Este foi atacado diversas vezes até ser derrotado, demonstrando assim sua grande organização política e militar. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Quilombo_dos_Palmares.

[2] Algumas das leis provinciais mencionam este mesmo texto. Veja-se Lei Provincial nº 157, de 9 de agosto de 1848, do Estado do Rio Grande do Sul, e o artigo 12 da Lei 236, de agosto de 1847, da Assembleia Provincial do Maranhão. Sobre os quilombos na África, ver Birmingham (1974) e Munanga (1995,1996).

[3] A introdução da expressão “remanescente de quilombo” faz parte de um passado recente, assim como a visibilidade da sua história e a luta para permanecer no seu território, sendo o capital um dos motivadores da exclusão e de retiradas compulsórias das comunidades locais da região do Cerrado do Pantanal.

[4] Certidões expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs).

3.2. Acampados e assentados rurais

Os assentados da reforma agrária e os acampados que estão em busca e processo de luta para conquistar este direito constitucional talvez sejam um dos muitos grupos que podemos categorizar como camponeses, ou pertencente à agricultura familiar. E mesmo que não haja distinções conceituais entre a agricultura familiar e o campesinato, pode-se afirmar que, com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), houve uma ampliação da definição sobre quem são “os povos do campo”, do qual também fazem parte ribeirinhos, quilombolas, trabalhadores rurais assalariados, indígenas, comunidades tradicionais, posseiros, povos da floresta, sem terras, entre outros grupos sociais.

Segundo o Mapa Social (SILVA; SATO, 2011), no estado de Mato Grosso estão muitos destes grupos sociais, espalhados pelos três biomas — Amazônia, Pantanal e Cerrado; cada qual apresenta suas características culturais e socioambientais nas relações de produção da vida intrínseca aos seus territórios. O que os caracteriza como camponeses e/ou agricultura familiar é justamente o modo de vida e de produção para subsistência, marcando, assim, clara definição e diferença com uma agricultura industrial, do agronegócio, de *commodities*, incompatível com estes grupos.

Podemos definir brevemente que os assentados da reforma agrária são todos aqueles que são beneficiários diretos das políticas de reforma agrária, isto é, os camponeses que vivem e trabalham na terra, e a sua inserção nesta política pública pode ocorrer de diversas formas, seja lutando e reivindicando nos movimentos sociais (e aqui há vários movimentos sociais do campo: Movimento Sem Terra (MST), Conselho Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Pequenos Agricultores, Federação dos Trabalhadores em Agricultura (Fetagri), Confederação Nacional dos trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiar (Contag) ou em projetos de assentamentos como Banco da Terra, para que o Estado brasileiro efetive a política da reforma agrária. Os assentamentos podem ser projetos tanto no âmbito federal (Incra) quanto no âmbito estadual (Itermat). Outra forma de inserção ocorre quando os sujeitos se estabelecem nas comunidades dos projetos de assentamentos (PA), isto é, servidores da escola, do posto de

saúde, da assistência técnica rural, entre outros; estes também fazem parte do público beneficiário da reforma agrária, segundo o PRONERA (INCRA, 2011).

Nesse sentido, parece-nos que, a despeito das peculiaridades dos distintos programas de intervenção pública que marcaram a implantação de projetos no campo e das formas diferenciadas de luta pela terra que pontuaram os vários movimentos, podemos conceituar como assentamentos as seguintes modalidades: projetos de Reforma Agrária com base nos instrumentos de desapropriação por interesse social de imóveis rurais que não cumprem a sua função social; reassentamentos derivados da realocação de população rural em razão da construção usinas hidrelétricas, especialmente durante os anos 1980; projetos de colonização dentro do programa oficial de colonização ocorrido, sobretudo, no período 1970-1985; projetos de valorização das terras públicas, frutos da ação dos distintos governos, principalmente estaduais, na utilização de recursos fundiários públicos para fins de Reforma Agrária, prática em voga durante os anos 1980 e início dos anos 1990; e, ainda, reservas ou projetos (agro)extrativistas advindos do plano de demarcação de reservas, com ênfase na região Norte do país, implantados nas décadas de 1980-2000, e que compreendem, no período recente, aquilo que vem sendo denominado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – órgão governamental responsável pela gestão da política de assentamentos no país – projetos especiais de assentamento (LEITE, 2012, p. 112).

Neste sentido, os assentados, ao serem atendidos pela reforma agrária, possuem a posse da terra e o direito de produzir no seu lote. Contudo a política de reforma agrária, que vai muito além de “dar terras”, só se consolida após todo um projeto de desenvolvimento do assentamento em um território produtivo e sustentável: com construção das casas, área social, escola, saneamento básico, fomento à produção local, assistência técnica, etc. Todo este processo representa um ordenamento social e de desenvolvimento o qual chamamos de Projetos de Assentamento, para, só depois disto, chegar à titularização da terra propriamente dita.

No estado de Mato Grosso, segundo dados do Incra (2021), há 375 projetos de assentamentos espalhados por todas as regiões, abrangendo 103 municípios do total de 143, beneficiando um total de 64.219 famílias, o que corresponderia a uma média de 1,8% da população total do estado (sem contar os assentamentos de projetos estaduais, comunidades tradicionais, etc.). Deste total, apenas 9.645 famílias possuem o título da terra, ou seja, há 54.574 não tituladas, e isso comprova que ainda há um déficit em torno da política pública da reforma agrária, pois sabemos que ter o título pode facilitar o acesso a créditos rurais e a financiamentos. Em agosto de 2021, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), dentro do estado de Mato Grosso, comemoraram 26 anos de luta pela terra e reforma agrária, o movimento está presente em cinco regiões do estado (baixada cuiabana,

norte, médio norte, sudeste e sul) inserindo-se em 15 assentamentos e envolvendo em média 2.435 famílias. E também possui um acampamento com 178 famílias na qual está em processo de luta e reivindicação de uma área na região sul do estado.

Os acampados são os sujeitos que se põe em luta; ao acamparem em uma área ou território (muitas vezes, áreas públicas, beiras de estradas ou entradas de latifúndios que não cumprem a sua função social prevista na Constituição Federal), fazem, por meio do acampamento, a reivindicação e pressão para que o Estado efetive as políticas públicas da reforma agrária. Assim, comumente, as famílias que estão no acampamento são aquelas que já esgotaram as possibilidades de sobrevivência, seja no campo (como empregados do latifúndio ou que perderam suas terras), seja na cidade, e entram neste processo justamente por não haver mais possibilidades de empregabilidade, tendo na luta social sua última chance de alcançar um pedaço de terra para produzir; ou, ainda, são camponeses que veem no acampamento a oportunidade de retorno ao campo também. Por serem territórios transitórios — e aqui não podemos afirmar que são provisórios e temporários, pois sabemos que há acampamentos com duração de mais de 15 anos no estado de Mato Grosso —, sofrem com a falta de políticas públicas, já que, usualmente, não são vistos no ordenamento jurídico como público da reforma agrária.

Acampamento é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia. O acampamento é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da Reforma Agrária. Parte desses espaços de luta e resistência é resultado de ocupações de terra; outra parte, está se organizando para preparar a ocupação da terra. [...] Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação, uma forma de materialização da organização dos sem-terra, trazendo em si os principais elementos organizacionais do movimento. Os acampamentos são, predominantemente, resultado de ocupações. Assim sendo, demarcam nos latifúndios e nos territórios do agronegócio os primeiros momentos do processo de *territorialização camponesa* (FERNANDES, 2012, p. 23).

Ressalta-se que as pesquisas de Senra (2017), realizadas no âmbito do próprio IFMT em parceria com o MST-MT, evidenciam o descaso com a efetivação da reforma agrária nos tempos atuais e também a violência no campo, como é o caso do acampamento pesquisado, o qual já sofreu dois despejos violentos por pressão do agronegócio. Além disso, destaca-se a dificuldade

proveniente das condições precárias de acesso à água, afetando diretamente a vida no acampamento e a produção, principalmente neste período de pandemia da Covid-19.

Quanto aos problemas anteriormente citados, cabe citar Cabral (2021) : o nosso país é um dos que mais concentra o uso da terra e uso da água (vale ressaltar que o agronegócio é o que mais consome água para produção), e os desmontes das políticas públicas da agricultura familiar e da reforma agrária, nos últimos anos, vão desde a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) até a burocratização do acesso à política do Programa de Aquisição de Alimentos, sem contar as PECs e propostas de aumento da violência no campo.

O autor apresenta dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) acerca da violência no estado de Mato Grosso no ano de 2020: foram 193 ocorrências de conflito no campo; 64.483 Famílias envolvidas em conflito no campo; 169 ocorrências de violência contra ocupação e posse; violência contra ocupação e posse/famílias: 13.029; 0 Famílias expulsas; 474 famílias despejadas; 719 ocorrências de pistolagem; apenas 03 ocorrências ocupações; ocupações/famílias: 130; acampamentos/ocorrência: 00; Acampamento/famílias: 00; conflitos por água/ocorrência: 22; conflitos por água/famílias: 3.091; trabalho escravo/ocorrência: 02; trabalho escravo/libertos: 03; Assassinatos: 00.

Alguns dados evidenciam que o aumento da violência no campo nunca foi tão evidente (pistolagem e conflitos), haja vista que, em 2020, não ocorreram novos acampamentos, mesmo com o aumento do desemprego da população e o aumento da fome e “Fragilização da segurança alimentar, por causa da desestruturação do PAA, PNAE e limitação de acesso aos créditos do PRONAF” (CABRAL, 2021). Da mesma forma, segundo o autor, em 2019-2020, em Mato Grosso, não foi criado nenhum assentamento.

Ao reafirmar a importância da agricultura familiar camponesa enquanto categoria, pretende-se delimitar a identidade destes camponeses na sua origem e etnologia, não podendo ser confundidos com o agronegócio e muito menos com o “agronegócinho”. Justamente pelo fato de a soja ter sido o produto mais vendido pelo estado de Mato Grosso, o que rendeu US\$9,7 bilhões, responsável por 50% do PIB estadual (CABRAL, 2021), este mesmo projeto de campo

(deserto verde da monocultura e do agrotóxico), modelo de produção incompatível com o modo de vida camponês, é que causa todos os conflitos citados.

Como consequência do agronegócio e a pressão nos territórios camponeses, de comunidades tradicionais, dos povos da floresta, quilombolas e territórios indígenas, percebemos [a] “institucionalização estadual da violência com o crescimento da capitalização do território: em que a terra cresce seu valor absurdamente; e o crescimento da territorialização do capital: maior utilização de agrotóxico, adubos químicos, maquinário, etc.” (CABRAL, 2021).

3.3. Indígenas

Os povos indígenas são grupos culturalmente diferenciados com formas próprias de organização social, que ocupam territórios e usam recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. Com isso, para atingir sucesso nos cursos ofertados a essas comunidades, é de extrema importância relacionar o etnoconhecimento e o conhecimento formal, pois, dessa maneira, articulam-se os saberes tradicionais e os saberes escolares.

O Decreto 6.040/2007 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, o desenvolvimento sustentável entendido no documento como o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações seguintes.

Ao visitar algumas comunidades indígenas, a comissão observou que o diálogo para levantamento de demanda demonstra ser um eficiente instrumento de busca e revitalização de conhecimentos e práticas tradicionais importantes para a sobrevivência física e cultural desse povo, bem como de aquisição e construção de novos conhecimentos.

Em 2014, foi ofertado um curso técnico subsequente ao ensino médio ao povo Apyawa, e a construção da metodologia utilizada no curso, norteará os cursos do programa Pedro, por ter obtido resultados positivos.

Em 2021, a comissão de construção do Programa Pedro fez levantamento de demandas junto a comunidades indígenas, dialogando e conhecendo a realidade de cada uma. Dessa forma, é possível seguir uma metodologia que respeite a cultura e promova a inclusão.

Os povos indígenas detêm um repertório de conhecimento ecológico que geralmente é local, coletivo, dinâmico, interdisciplinar e holístico. Por isso, a metodologia de trabalho dos cursos FIC, do Programa Pedro terá como princípios norteadores:

Diálogo de saberes: visa estabelecer relação entre os saberes tradicionais e o saber formal, visto que é necessário entender a natureza da sabedoria local (etnoconhecimento), que se baseia em uma complexa inter-relação entre as crenças, os conhecimentos e as práticas.

Educação ambiental: visa induzir dinâmicas sociais na comunidade local, para promover a abordagem colaborativa e crítica da realidade socioambiental e uma compreensão autônoma e criativa dos problemas que se apresentam e das soluções possíveis para eles.

Interdisciplinaridade: abertura ao diálogo com os pares, sobre o conhecimento local e formal, isto é, pela articulação entre atores/atores, teorias, conceitos e ideias, em constante diálogo entre si.

Complexidade: refere-se ao sentido de que a vida, em suas manifestações, constitui-se por dimensões interconectadas (cultural, social, física, biológico, ambiental, econômica), definidas mutuamente nas relações estabelecidas, envolvendo ordem e desordem, erro e acerto, risco e certeza, numa autoprodução e reorganização permanentes.

O pensamento complexo busca fundamentalmente superar os paradigmas simplificadores que causam a dicotomia entre o ser humano e a natureza. Pode-se dizer que a complexidade se presta mais a uma educação emancipadora porque favorece a reflexão sobre o cotidiano, o questionamento e a transformação social, portanto de libertação consciente e de superação permanente das formas de alienação material e simbólica, coletiva e individual.

É pertinente destacar a relevância destes princípios norteadores das bases teórico-metodológicas do curso de agroecologia na comunidade indígena por serem fundantes das pedagogias críticas, promotoras de processos emancipatórios e da ação política, permitindo requalificar concretamente a inserção humana na natureza.

Dada a experiência exitosa desta postura metodológica, propõe-se que os Cursos FIC trabalhem com a mesma prática, a fim de possibilitar ao cursista uma integração entre a vida escolar e a vida da comunidade, entre os novos conhecimentos e os conhecimentos acumulados pelos seus ancestrais.

3.4. Ribeirinhos

A pesca artesanal no estado de Mato Grosso é exercida pelos pescadores artesanais propriamente ditos, que exercem a pesca tanto de forma difusa quanto de forma profissional. A pesca difusa é uma atividade de subsistência, de complementação alimentar, e o pescado excedente pode ser comercializado. A pesca artesanal profissional é realizada normalmente por pessoas pertencentes à população ribeirinha, que tem na pesca sua principal atividade econômica. Neste caso, é necessário o registro de pescador profissional.

Os pescadores profissionais do estado de Mato Grosso são organizados em colônias ou zonas de pesca e associações, que estão filiadas à Federação de Pescadores do Estado. Estas organizações fornecem ao pescador uma infraestrutura básica de apoio, como mantimentos, gelo, barcos e o transporte do pescado do pesqueiro até a peixaria ou outra forma de comercialização disponível na região. Maiores benefícios aos filiados são obtidos com a venda do pescado. É providenciado também a eles um benefício de seguro-desemprego, relativo à interrupção da pesca durante o período da piracema (período em que a atividade pesqueira é proibida).

O IFMT já desenvolveu algumas atividades em parceria com ribeirinhos no estado, através de cursos do Pronatec e ações de iniciativa do próprio Instituto, através das Pró-Reitorias de Pesquisa, Ensino e Extensão.

3.5. Catadores de materiais recicláveis

No Brasil, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis desempenham um papel fundamental na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), com destaque para a gestão integrada de resíduos sólidos, pois atuam nas atividades de coleta seletiva, triagem, classificação, processamento e

comercialização dos resíduos reutilizáveis e recicláveis, contribuindo significativamente para a cadeia produtiva da reciclagem.

A atuação destes profissionais, apesar de reconhecida desde 2002, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações, em muitos casos é realizada sob condições precárias de trabalho, individualmente, de forma autônoma e dispersa nas ruas e em lixões, como também coletivamente, organizados por meio de cooperativas e associações. A atividade vem contribuindo para o aumento da vida útil dos aterros sanitários e a diminuição da demanda por recursos naturais, na medida em que abastece as indústrias recicladoras para reinserção dos resíduos em suas ou em outras cadeias produtivas, em substituição ao uso de matéria-prima virgem.

A PNRS atribui destaque à importância dos catadores na gestão integrada dos resíduos sólidos, estabelecendo como alguns de seus princípios o “reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável com um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” e a “responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos”.

Além disso, a PNRS incentiva a criação e desenvolvimento de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e define que sua participação nos sistemas de coleta seletiva e de logística reversa deverá ser priorizada. Quanto a isso, nota-se a Lei 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, na qual já havia sido estabelecida a contratação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, por parte do titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, dispensável de licitação.

O fortalecimento da organização produtiva dos catadores em cooperativa e associações, com base nos princípios da autogestão, da economia solidária e do acesso a oportunidades de trabalho decente, representa, portanto, um passo fundamental para ampliar o leque de atuação desta categoria profissional na implementação da PNRS, em especial na cadeia produtiva da reciclagem, traduzindo-se em oportunidades de geração de renda e de negócios, entre os quais, a comercialização em rede, a prestação de serviços, a logística reversa e a verticalização da produção.

O estado de Mato Grosso é a única unidade federativa que ainda não tem Política Estadual de Resíduos Sólidos aprovada, que, atualmente, está em processo de construção. Os dados conhecidos sobre os catadores de Mato Grosso são disponibilizados no anuário da reciclagem da Associação Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (Ancat), que atua de

forma complementar e caminha ao lado do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Braço técnico do MNCR, a Ancat trabalha na construção de parcerias produtivas entre cooperativas e associações de catadores com órgãos públicos e iniciativa privada. É desta forma que a Ancat busca a profissionalização destes empreendimentos em todos os níveis, melhorando os rendimentos de seus trabalhadores, através da busca de oportunidades de negócios que o mercado de Logística Reversa pode trazer para a categoria.

De acordo com o anuário, MT tem:

- 34 organizações de catadores mapeadas
- 429 catadores (relativo a 16 cooperativas)
- 12.878,30 toneladas de resíduos recuperados pelas organizações mapeadas, o que equivale a 859 ônibus, sendo:
 - 7.039,57 ton de papel
 - 3.990,42 ton de plástico
 - 233,27 ton de alumínio
 - 1.526,24 ton de outros metais
 - 30,44 ton de vidro
 - 58,35 ton de outros materiais
- 6 possuem acordos de coleta seletiva com prefeituras
- Faturamento anual de R\$ 6.467.880,60
- A renda média nacional dos catadores é de R\$ 932,19
- A renda média estadual dos catadores é de R\$ 1.105,96, um pouco acima da nacional.

Legislações-base sobre catadores em âmbito nacional

- **Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006** - institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.

- **Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007** - estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis 6.766, de 19 de dezembro de 1979; 8.036, de 11 de maio de 1990; 8.666, de 21 de

junho de 1993; 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

Esta Lei alterou o inciso XXVII do caput do art. 24 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, tornando dispensável a licitação “na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, **efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis**, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública”.

- **Decreto 7.217, de 21 de junho de 2010** - regulamenta a Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.

- **Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010** - institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

- **Decreto 7.404, de 23 de dezembro de 2010** - regulamenta a Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.

- **Decreto 7.405, de 23 de dezembro de 2010** - institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências.

3.6. Migrantes e refugiados

Em Mato Grosso, reside um grande número de migrantes e refugiados em estado de sociovulnerabilidade étnica e racial, oriundos de países da América do Sul, Central e África e que se deslocam para várias cidades do estado em busca de sobrevivência e acolhimento. Falantes

de diferentes idiomas, como francês, inglês, espanhol, crioulo, entre outros, encontram, diariamente, inúmeras dificuldades e obstáculos.

De um lado, cita-se a dificuldade para ingresso no mercado de trabalho de modo regulamentado, amparados por legislações trabalhistas; por isso, muitas vezes, são colocados em situações de graves fragilidades empregatícias. Por outro lado, também enfrentam dificuldades para estudar e se capacitar, pois as instituições exigem inúmeros documentos que, na maioria das vezes, eles não possuem e preenchimento de formulários somente em língua portuguesa — e por desconhecerem o idioma, não conseguem preenchê-los; além disso, os processos são burocratizados.

Ademais, as políticas migratórias após 2018 se tornaram bastante rígidas, e há uma grande dificuldade para obtenção de vistos de permanência e também para se conseguir cidadania. Tudo isso direciona essas pessoas para duas situações: subemprego e informalidade, ou até a busca pela sobrevivência com pedido de ajuda em semáforos e outros espaços. Já alocadas no estado, enfrentam ainda muitos desafios nos atendimentos nos postos de saúde, uma vez que grande parte delas sofrem por conta do racismo perpetuado na sociedade brasileira.

Diversos estudos e artigos, como os de Guimarães (2017), Martins (2020), Lira (2019, 2020, 2021) e Alexandre (2019), produzidos no Brasil e em Mato Grosso, relatam os aspectos acima citados.

À parte disso, os migrantes e refugiados são pessoas com diferentes formações, dominam mais de um idioma, muitos são médicos, advogados, especialistas em tecnologias, entre outras formações, as quais poderiam ser aproveitadas para contratação de mão de obra qualificada em empresas e instituições educacionais. No entanto, não existem políticas públicas nesse sentido.

Sabe-se, então, que a burocratização nos processos de contratação para emprego e ingresso nas instituições educacionais e a ausência de políticas públicas são cristalizadores para a permanência dessas pessoas em estado de sociovulnerabilidade étnica e racial.

Diante disso, o IFMT poderia ofertar cotas para ingresso de migrantes e refugiados em todos os processos seletivos para ingresso de estudantes, contratação de estagiários, contratação de docentes temporários e também nos concursos públicos para servidor efetivo, além de ofertar cursos de qualificação e profissionalização para essa população. Sintetiza-se, portanto, a demanda, com apoio do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro, Indígena e de Fronteira e

da Associação de Defesa dos Haitianos Imigrantes e Migrantes em Mato Grosso (ADHIMI-MT) que, conjuntamente, atendem essa população:

- a) curso de língua portuguesa para os migrantes que não dominam a língua portuguesa - (já ofertado pela DSRI- Programa Nelson Mandela);
- b) prova de proficiência em língua portuguesa e emissão de certificação em língua portuguesa para os migrantes que já residem no Brasil há mais de 4 anos (demanda analisada pela DSRI);
- c) reconhecimento de saberes e competências e validação de diplomas para migrantes que tenham feito cursos técnicos em seus países de origem - Proen/DSRI;
- d) reserva de vagas em todas as modalidades de ingresso para estudantes - Proen/DPIS;
- e) cursos preparatórios de vestibulares para migrantes que já sejam falantes de língua portuguesa;
- f) cotas para ingresso de migrantes e refugiados em todos os processos seletivos para contratação de estagiários, contratação de docentes temporários e também nos concursos públicos para servidor efetivo – Proessoas;
- g) curso de qualificação profissional para migrantes e refugiados nas seguintes áreas: agrícolas, operador de máquinas pesadas, preparo e conservação de alimentos; gestão pública e administração de pequenos negócios;
- h) parcerias com universidades de países da América do Sul e Central (em andamento - DSRI).

4. Justificativa

A implantação do Programa Pedro Casaldáliga se justifica pela necessidade de reverter a realidade atual e proporcionar, às comunidades tradicionais e aos grupos em situação vulnerável, condições favoráveis a autossustentabilidade alimentar, novas tecnologias de produção, gerando renda, a recuperação do ambiente degradado, bem como a valorização e ressignificação do conhecimento alimentar tradicional, vislumbrando a sua sustentabilidade socioambiental.

O Programa Pedro Casaldáliga, através de um currículo construído a partir do contexto de cada comunidade, também possibilitará o conhecimento das tradições acerca da origem dos alimentos, manejo das roças, costumes alimentares com seus hábitos, restrições e preparos

culturalmente transmitidos ao longo de gerações. Essa prática contribuirá inclusive para o fortalecimento do sentimento de pertença, sendo esta uma condição *sine qua non* para alcançar a sustentabilidade socioambiental,; e aos grupos em contexto de vulnerabilidade social, além da alimentação adequada, promoverá sua inserção/inclusão na sociedade, dando-lhes dignidade e qualidade de vida.

Outra preocupação é a recuperação ambiental, uma vez que o desmatamento atingiu proporções desastrosas, ameaçando até mesmo as nascentes de água potável.

Nota-se, ainda, um distanciamento dos jovens em relação ao trabalho agrícola, ou outros, que sempre garantiu a subsistência, fato que vem sendo observado com preocupação pelas comunidades e grupos. Há uma grande expectativa pela obtenção de trabalho assalariado, não condizente com a oferta deste tipo de trabalho pelos órgãos educacionais ou de atendimento à saúde. Por isso, o envolvimento dos jovens nos cursos é de fundamental importância para que os conhecimentos agrícolas tradicionais dos povos sejam recuperados e mantidos. Por outro lado, novas técnicas agrícolas/ambientais podem ser implantadas com vistas a fontes alternativas de geração de renda.

O Programa Pedro Casaldáliga proporcionará o acesso das comunidades e grupos à educação profissional com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, através de cursos FIC, cumprindo sua missão de “formar para vida e para o trabalho, buscando qualificar os trabalhadores, de faixa etária entre 14 e 59 anos, a fim de ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional dos participantes.

5. Objetivo

Entende-se por objetivo geral do programa:

Contribuir para a autonomia humana e econômica dos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, assentados da reforma agrária, catadores e migrantes/refugiados do estado de Mato Grosso, melhorando a qualidade de vida e dignidade dessas comunidades e grupos, através da oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada.

Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

I. promover a organização produtiva nas comunidades tradicionais e de pessoas que vivem em contexto de vulnerabilidade social, em meio urbano e rural;

II. contribuir para a autonomia econômica e financeira dessas comunidades e pessoas por meio de cursos FIC ou qualificação profissional, de curta duração, da assistência técnica e orientação ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo, economia solidária e comércio;

III. preparar estudantes do IFMT para atuação inclusiva e não sexista no mundo do trabalho;

IV. incluir estes povos e comunidades nas ações de ensino, pesquisa e extensão do IFMT;

VI. aperfeiçoar instrumentos de recrutamento e seleção de bolsistas, servidores e empregados terceirizados, mediante incentivos às inscrições dos povos nos processos seletivos e a criação de mecanismos que busquem a equidade no resultado final desses processos;

VII. promover a sensibilização da força de trabalho do IFMT (servidores, bolsistas, estagiários e terceirizados) sobre temáticas relacionadas à capacitação de mão de obra, produção sustentável e geração de renda.

6. Executores do Programas

A equipe executora do Programa Dom Pedro Casaldáliga será composta pelo gestor do programa, por coordenadores de projetos, por articulador externo, por estudantes bolsistas de projetos e por formador..

6.1. Gestor do Programa

Servidor efetivo do IFMT, designado, via portaria, pelo reitor do IFMT, podendo ser, ou não, beneficiário de bolsa de acordo com o Programa de Valorização à Pesquisa, Ensino e Extensão (PVPE), Resolução 14, de 28 de março de 2019, que terá as seguintes competências:

- a) captar parceiros e administrar os contratos de parceria;
- b) supervisionar as atividades de extensão, zelando pela adequada execução dos projetos;
- c) comunicar imediatamente à Proex qualquer irregularidade detectada na execução do projeto sob sua supervisão;
- d) dar suporte aos coordenadores na elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos FIC;
- e) criar normas e elaborar os editais do Programa;
- f) solicitar e acompanhar a destinação dos recursos financeiros para os projetos;

g) supervisionar os registros das atividades no SUAP Módulo Extensão.

6.2. Coordenador de projetos

Servidores efetivos ativos ou inativos do IFMT, em exercício das suas funções nos termos do art. 2º da Portaria 58, de 21 de novembro de 2014/SETEC, que teve projeto submetido e aprovado nos editais do Programa Dom Pedro Casaldáliga, lançados periodicamente. Este servidor poderá ser, ou não, beneficiário de bolsa, de acordo com o Programa de Valorização à Pesquisa, Ensino e Extensão (PVPE), Resolução 14, de 28 de março de 2019, que terão as seguintes competências:

- a) elaborar e submeter o projeto nos editais do Programa;
- b) apresentar os resultados aos parceiros do projeto;
- c) elaborar a prestação de contas do projeto executado;
- d) encaminhar ao setor competente os documentos necessários ao pagamento das bolsas;
- e) coordenar o trabalho da equipe envolvida no projeto, tendo em vista atingir os objetivos explicitados;
- f) apresentar os resultados ou o andamento do projeto em eventos institucionais;
- g) elaborar o Projeto Pedagógico do Curso FIC, conforme descrito no Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada - Resolução 12, de 28 de março de 2019;
- h) compor o corpo docente do curso;
- i) informar ao gestor do Programa a relação de estudantes que obtiverem aprovação, conforme estabelecido no PPC ou projeto simples, e que tenham, no mínimo, 75% de frequência nas atividades desenvolvidas, para emissão dos certificados;
- j) propor e desenvolver atividades que contemplem as ações propostas no programa: pertencimento social, desenvolvimento do curso, tutoria e disseminação;
- k) registrar as atividades dos projetos no SUAP Módulo Extensão.

6.3. Articulador externo de projetos

Consiste em um colaborador externo, representante da comunidade atendida por um projeto aprovado em editais do Programa, podendo ser estudante, ou não, do curso proposto, podendo ser, ou não, beneficiário de bolsa, de acordo com o Programa de Valorização à Pesquisa,

Ensino e Extensão (PVPE), Resolução 14, de 28 de março de 2019, que terá as seguintes competências:

- a) mobilizar a comunidade na participação do curso;
- b) informar o coordenador do projeto a frequência dos estudantes no curso;
- c) contribuir na criação do Projeto Pedagógico do Curso;
- d) Contribuir nas atividades que contemplem as ações propostas no programa: pertencimento social, desenvolvimento do curso, tutoria e disseminação.

6.4. Estudante bolsista de projetos

Estudantes regularmente matriculados em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio ou em cursos superiores de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnologia) dos campi do IFMT, beneficiários de bolsa, de acordo com o Programa de Valorização à Pesquisa, Ensino e Extensão (PVPE), Resolução 14, de 28 de março de 2019, que terão as seguintes competências:

- a) executar as atividades propostas pelo coordenador;
- b) elaborar relatórios em conjunto com o coordenador;
- c) contribuir nas atividades que contemplem as ações propostas no programa: pertencimento social, desenvolvimento do curso, tutoria e dDisseminação.

6.5. Formador

Consiste em um extensionista ou um colaborador externo, com formação na área do curso proposto pelo projeto aprovado em editais do Programa, podendo ser, ou não, beneficiário de bolsa, de acordo com o Programa de Valorização à Pesquisa, Ensino e Extensão (PVPE), Resolução 14, de 28 de março de 2019, que terá as seguintes competências:

- a) ministrar componentes curriculares no curso;
- b) colaborar com o coordenador do projeto na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso;
- c) contribuir nas atividades que contemplem as ações propostas no programa: pertencimento social, desenvolvimento do curso, tutoria e disseminação.

7. Ações propostas no programa

O programa desenvolverá as seguintes ações:

i) Pertencimento Social: os projetos devem prever, dentro do curso a ser aplicado, ações que trabalhem o sentimento de pertencimento dos indivíduos à realidade de sua comunidade, que os façam pensar como membros de uma coletividade.

ii) Desenvolvimento de Cursos: o curso deverá ser escolhido pelo proponente do projeto, dialogando com a comunidade antecipadamente, identificando, assim, as necessidades daquela comunidade. Os cursos serão desenvolvidos em duas formas:

a) Cursos de livre oferta: abertos à comunidade, com suas matrículas condicionadas à capacidade de aproveitamento da formação, e não necessariamente ao nível de escolaridade.

b) Curso Regulamentados: quando organizados pelo sistema educacional dentro de um itinerário formativo com o intuito de possibilitar continuidade de estudos, os cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional possuem regulamentação quanto à carga horária.

iii) Tutoria: processo que fornecerá suporte ao estudante, por meio do apoio de colaboradores, que possam trazer aos estudantes diálogos sobre empoderamento econômico; cidadania, saúde e direitos; liderança e participação política; inovação e educação inclusiva. Esses colaboradores dedicam-se a melhorar a experiência e a qualidade do aprendizado. Assim, o estudante se sente acolhido e motivado a manter uma rotina de estudos.

iv) Disseminação: processo em que os estudantes certificados pelo Programa Pedro Casaldáliga disseminarão o conhecimento adquirido no curso em sua comunidade de origem. Para a execução desta ação, os envolvidos no Programa deverão acompanhar e dar condições aos estudantes para o desenvolvimento deste trabalho.

8. Metodologia

Para propor um curso no Programa Pedro Casaldáliga, deverá ser apresentado um projeto contendo o seguinte método, dividido em 3 etapas:

Etapa 1: Diagnóstico + Projeto Pedagógico de Curso

A etapa 1 é extremamente relevante, visto que, a partir dela, teremos um guia para se alcançar êxito no projeto. O curso não pode ser criado tendo como base somente a vontade do

extensionista e de sua equipe, é de fundamental importância que seja, de fato, uma demanda do público-alvo. A equipe do projeto precisa estar preparada para a realidade que encontrará nas comunidades, algumas possuem boa estrutura, inclusive de sala de aula, outras estão sem qualquer estrutura; outro fator importante é a linguagem utilizada pela equipe, que precisa ser acessível aos beneficiários do Programa.

Passo 1 - (Re)conhecimento e preparação da equipe

O (re)conhecimento da equipe que atuará no projeto e a formação para uso/domínio das técnicas e metodologias que serão empregadas no projeto, isso pode ser feito de forma remota ou presencial.

Este passo é importante porque as próximas etapas podem exigir novos conhecimentos/técnicas, que, na medida do possível, devem ser trabalhados nesse momento de (re)conhecimento e preparação da equipe, por exemplo: técnicas de Diagnóstico Rural Participativo (DRP), mas também podem ser trabalhados, no decorrer do projeto, conforme as demandas por novas técnicas forem aparecendo.

Passo 2 - Preparar instrumento(s) diagnóstico + técnicas

Para facilitar o processo, sugerimos realizar o diagnóstico utilizando pelo menos 1 das 3 técnicas descritas por Verdejo (2010), que listamos abaixo:

- ***Entrevista semiestruturada (Instrumento Diagnóstico)***: em geral, a equipe define entre 10 e 15 perguntas-chave (abertas, estimulantes, dignificantes e sobre eventos-chave) que facilitam a criação de ambiente aberto para diálogo com expressão livre, sem julgamentos; com elas, podemos conhecer as limitações do coletivo e discutir possíveis soluções.

É fundamental que esse momento seja conduzido na forma de um bate-papo, não um interrogatório e, ainda, que seja no melhor momento para o coletivo, a fim de não atrapalhar o dia a dia no empreendimento e na vida familiar. Quando se faz a distância, pode-se começar cumprimentando os participantes; a equipe do projeto se apresenta, explica a atividade, seu objetivo, faz as perguntas-chave e anota ou grava tudo para constar no relatório diagnóstico.

Obs: siga as orientações descritas por Verdejo (2010, p. 28-29). Também é possível ter um roteiro de perguntas objetivas/estruturadas, mas para ir marcando as respostas que forem surgindo na conversa, e não para uso exclusivo na entrevista; de outra forma, a interação terá características

de interrogatório.

- **Calendário Histórico (Linha do Tempo):** permite conhecer a história do coletivo, os eventos históricos que causaram ou influíram em mudanças culturais, na organização. É importante reunir a turma mais antiga da comunidade para obter detalhes sobre o início, crises enfrentadas ao longo do caminho, soluções/parceiros encontrados.

- **Matriz de Organização Comunitária (FOFA - Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças):** identifica, analisa e visualiza a situação atual dos grupos para conseguir o fortalecimento organizativo.

	Ajuda	Atrapalha
Interna (organização)	Forças (tirar vantagens)	Fraquezas (eliminar)
Externa (ambiente)	Oportunidades (usar)	Ameaças (evitar / superar)

Forças: são fatores, no interior do empreendimento, que ajudam no alcance do seu melhor desempenho, como união do grupo, domínio da técnica de produção, abundância de água, boa escolarização dos sócios, prédio e equipamentos próprios; sabendo disso, o empreendimento pode tirar vantagens.

Fraquezas: são fatores, no interior do empreendimento, que atrapalham o seu desempenho, como falta d'água, analfabetismo, praga na lavoura, doenças; sabendo disso, o empreendimento pode se organizar para superar e/ou transformar as fraquezas em forças.

Oportunidades: são fatores externos que ajudam (ou poderiam ajudar) a comunidade, mas dos quais o grupo não tem controle.

Ameaças: são fatores externos que atrapalham a comunidade, mas dos quais o grupo não tem controle.

É muito importante validar com o coletivo se as respostas fazem sentido, pois pode acontecer de, no momento da entrevista, alguma informação não ser compreendida pela equipe.

Passo 3 - (Re)conhecimento entre equipe e comunidade + diagnóstico com priorização

Contatar liderança/representante para agendar encontro entre a equipe do projeto e a

comunidade; é aconselhável que se tenha um membro da equipe responsável pelas anotações de cada técnica, ou seja, se utilizarem as três sugeridas no Passo 2, então será um para entrevista, outro para a linha do tempo e outro para matriz FOFA. É recomendável a gravação dos encontros (vídeo/voz), especialmente os que acontecem por webconferência, para relembrar dados/informações, desde que o coletivo autorize. Então, antes de iniciar uma gravação, solicite autorização, explique o motivo e os objetivos.

No encontro, deve-se aplicar as técnicas que a equipe considerar necessárias para obtenção do diagnóstico do coletivo, conforme orientações para cada técnica. Lembre-se: as pessoas (equipe e público-alvo) precisam se sentir acolhidas e seguras para se expressarem livremente. É possível pactuar coletivamente algumas regras de convivência para atividades mais longas.

Em casos de conflitos, é muito importante entender a motivação do problema, isso para detectar se é algo relacionado à atividade em curso, sendo necessário adaptar linguagem e/ou técnica, por exemplo, ou se está relacionado a um problema histórico do coletivo, do qual vocês estão tomando ciência agora; neste caso, sugerimos o foco do diagnóstico inserindo este conflito como “divergência de opinião” no ponto (dimensão / fator...) que fizer sentido e, posteriormente, já na etapa de realização, trabalhar técnicas de conciliação, solução de problemas/conflitos, como o Mapa da Vida, constante no Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Programa Nacional Mulheres Mil (<http://proex.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/mulheres-mil-proex/>), pois, ao conhecer a história do colega ao lado, desenvolve-se empatia/respeito, diminuindo conflitos. Não precisa ser psicólogo para ajudar a solucionar conflitos, mas a orientação deste profissional pode ser determinante neste processo. Lembre-se de que um ambiente pesado, com clima organizacional ruim, dificilmente caminha para o sucesso.

Após aplicar as técnicas, faz-se necessário construir um relatório diagnóstico simples e de fácil leitura para facilitar e fixar o entendimento/conhecimento da realidade da comunidade e a avaliação ao final do projeto. Para isso, sugerimos o modelo de relatório diagnóstico constante no [link](https://docs.google.com/document/d/1HmnbNomdegXXX61O7G9u6vudBeRANAkME3YK_NkAmNw/edit?usp=sharing) https://docs.google.com/document/d/1HmnbNomdegXXX61O7G9u6vudBeRANAkME3YK_NkAmNw/edit?usp=sharing.

Sabemos que as comunidades possuem inúmeras demandas. Mesmo tendo vontade, elas não serão atendidas dentro de um único projeto com duração entre 6 e 12 meses, o que torna necessário definir com o coletivo quais são as prioridades, pois estas serão o foco do

PPC/atividade. Para isso, sugerimos a matriz de priorização de problemas abaixo:

Nº	Problemas	Dimensão	Importância para a comunidade	Urgência para Realização	Facilidade para Implementar	Nota de Priorização
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
09						
10						

- **Dimensão:** Empreendedor@s, Gestão, Mercado, Tecnologia, Econômico/Financeiro

- **Importância para a comunidade:** Sem Importância (01), Pouco Importante (02), Importante (03), Muito Importante (04), Importantíssimo (05)

- **Urgência para Realização:** Sem Urgência (01), Pouco Urgente (02), Urgente (03), Muito Urgente (04), Urgentíssimo (05)

- **Facilidade para Implementar:** Difícil Implementação (01), Muito Esforço (02), Esforço Mediano (03), Pouco Esforço (04), Sem Esforço (05)

- **Nota de Priorização:** multiplicação das notas de importância, urgência e facilidade atribuídas a cada problema, que variam de 01 a 05, sendo nota 1 para problema sem importância, sem urgência e difícil de implementar; nota 5 para problema muito importante, urgente e com implementação mais fácil.

Cálculo da Nota de Priorização

Nota de Importância X Nota de Urgência X Nota de Facilidade = Nota de Priorização (de 01 a 125)

05 (Importantíssimo) X 05 (Urgentíssimo) X 05 (Sem Esforço) = 125 (PRIMEIRA PRIORIDADE)

01 (Sem Importância) X 01 (Sem Urgência) X 01 (Difícil Implementação) = 01 (NÃO É PRIORIDADE)

Observação: siga as orientações descritas por Verdejo (2010, p. 49).

Passo 4 - Cocriar PPC com base no diagnóstico com priorização de demandas / problemas

Agora, pode-se partir para a elaboração do Projeto Pedagógico de Curso e demais atividades vinculadas ao Programa de Extensão Dom Pedro Casaldáliga, pois o curso e as atividades serão para sanar os problemas prioritários detectados no diagnóstico com priorização de problemas.

Se o curso for ensinar alguma técnica para geração de renda, considere a seguinte organização curricular:

- **Núcleo Fundamental:** conteúdos relacionados a Leitura e Produção de Textos; Matemática Básica; Língua Estrangeira; Informática Básica.

- **Núcleo Articulador:** conteúdos relacionados a Relações Interpessoais; Cidadania, Direitos e Saúde dos Catadores; Ética Profissional; Qualidade de Vida no Trabalho.

- **Núcleo Tecnológico:** conteúdos relacionados a técnica que será ensinada/apreendida.

O PPC deve ser elaborado conforme Resolução CONSUP 12/2019 - Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada (<http://proex.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/legislacao-proex/>).

As demais atividades (incubação do empreendimento, visita técnica/intercâmbio entre empreendimentos, palestras, oficinas, parcerias com prefeitura, Ministério Público, entre outros) podem entrar no PPC como projeto integrador ou fazer parte de atividades extracurriculares/complementares; por se tratar de um programa de extensão, a atividade do projeto não pode se resumir ao curso.

O texto do PPC deve ser construído e validado com o público atendido, por isso chamamos esse passo de "co criar", é uma criação compartilhada/colaborativa, e, após validado com o coletivo, é preciso aprovar na Pró-Reitoria de Ensino (Proen).

Etapa 2: Preparo Institucional

Passo 1 - Sensibilizar (servidores de fora da equipe que terão contato com a turma)

É sabido que, em algum momento do projeto, o público-alvo vai acessar o campus, seja para efetivar a matrícula, para participar de alguma atividade/aula prática, ou mesmo no final, para buscar o certificado do curso. Os servidores, os terceirizados e até mesmo os demais estudantes precisam estar cientes e preparados para que o ambiente seja receptivo ou, no mínimo, não

preconceituoso com o coletivo de catadores.

Fato é que muitas dessas pessoas pensam que o IFMT não “é para elas”, por acreditarem ser um ambiente muito diferente, uma realidade distante e inacessível. O Instituto está trabalhando para mudar essa percepção, e a forma como elas serão recebidas no campus é um fator determinante para isso. O projeto não pode ser visto como uma causa pessoal, um objeto do seu idealizador, mas do IFMT, do campus a que está vinculado, isto é, um projeto institucional.

À equipe, aproveite todas as reuniões, pedagógicas ou não, que for possível, como as semanas pedagógicas, os conselhos de classe, entre outros, para falar sobre o projeto e preparar a turma para receber os catadores. Esse atendimento pode significar uma informação que o catador pode pedir ao entrar no campus. O ideal é ter uma sala, tipo escritório de acesso, para recepção e atendimento da turma, conforme explicitado no Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Programa Nacional Mulheres Mil (<http://proex.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/mulheres-mil-proex/>), mas, não tendo esse espaço, os profissionais deverão atender a todos com respeito e educação, como fazemos quando recebemos outros visitantes.

Passo 2 - Reservas (carro, ônibus, laboratórios, biblioteca, conforme PPC)

Além de resgatar as datas e atividades constantes no PPC, verifique com o facilitador/docente de cada conteúdo da formação o que será necessário para a atividade acontecer. Algumas pessoas não têm noção da burocracia interna, então comece perguntando se a atividade é no empreendimento ou no campus, avalie a necessidade de transporte institucional (carro, van,, ônibus), laboratório de informática, entre outros, e formalize a reserva de tudo, conforme regulamentações internas (e-mail, ofício, SUAP Frotas), sempre com antecedência de pelo menos 10 dias; esse é o tempo para revisar automóveis, mobilizar equipe para abrir o laboratório, limpá-lo, ajudar com os equipamentos, entre outros.

Passo 3 - Material Didático e de Apoio

É importante disponibilizar materiais didáticos e de apoio para que os catadores possam consultar e estudar após as aulas e atividades. Cuide para que os materiais tenham linguagem acessível, de fácil entendimento e façam sentido para cada conteúdo previsto no PPC. Uma possibilidade é construir material didático e de apoio próprio do curso e, mais a frente, pensando nos conteúdos mais solicitados, material didático e de apoio do Programa de Extensão Dom

Pedro Casaldáliga.

É recomendável que a gestão institucional do programa viabilize uniforme para o público-alvo, uma camiseta do curso e um kit contendo uma pasta tipo de evento, contendo caderno, caneta, lápis, borracha e apontador; isso pode proporcionar reforço da identidade da turma, senso de pertencimento e estímulo à permanência.

Passo 4 - Aquisições e Contratações

Cada atividade vai demandar materiais e serviços diferentes, então levante as necessidades de cada conteúdo, priorize os primeiros conteúdos, siga os termos do edital e a Resolução CONSUP 14/2021 - Regulamento do Programa de Valorização à Pesquisa, Ensino e Extensão (<http://proex.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/legislacao-proex/>).

Como o orçamento dos editais é reduzido, especialmente a taxa de bancada, recomendamos aproveitar ao máximo os recursos institucionais disponíveis, como impressão e fotocópias em impressoras multifuncionais institucionais, alimentação escolar ofertada pelo campus, carro, van, , ônibus institucional, técnicos e docentes de áreas necessárias ao projeto, deixando a taxa de bancada do projeto para as atividades que de fato precisarem, como alimentação, hospedagem na visita técnica, intercâmbio entre empreendimentos, insumos para atividades práticas, contratação de serviço especializado que não tenha no IFMT é demandado pelo coletivo, aquisição de itens necessários para desenvolvimento do coletivo que sozinhos não conseguiriam adquirir no presente momento, entre outros.

Etapa 3: Realização

Passo 1 - Aula Inaugural

A aula inaugural pode ser entendida como um evento de acolhimento e orientações aos estudantes de uma nova turma, orientações estas que são importantes para realização das atividades acadêmicas.

Sugerimos que, além de uma aula de boas-vindas, seja preparada uma turma do campus, especialmente aqueles discentes que passam muito tempo no campus (técnico integrado ou aqueles que moram no campus agrícola), para realizar uma visita guiada com os catadores pelo campus para conhecerem a estrutura (salas de aula, refeitório, biblioteca, banheiros, laboratórios) disponível para o curso em que estão matriculados; quando a atividade for a distância, a visita guiada pode ser virtual.

Realizar uma dinâmica de acolhida e apresentação, quando a atividade for presencial, é bem válida também. Há seis disponíveis na cartilha “Caminhos Metodológicos: o exercício das metodologias participativas” (http://cirandas.net/articles/0009/5850/cjs_caminhos_metodol%C3%B3gicos.pdf) das experiências do Instituto Marista de Solidariedade (IMS, p. 35-38).

Passo 2 - Realizar aulas e atividades conforme pactuado no PPC

O PPC é o guia da atividade, então deve ser seguido. Se algo não ficou claro no PPC, reúna os setores pertinentes no campus (ensino, extensão, administração e direção-geral, a depender do assunto) para deliberar e sanar a dúvida.

É possível que, no decorrer da atividade, seja necessário corrigir algo no PPC; para isso, siga a Resolução CONSUP 12/2019 - Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada (<http://proex.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/legislacao-proex/>).

Lembre-se que **compromisso assumido é compromisso atendido**; de outra forma, a instituição ficará com a má fama de que “promete e não cumpre”, e isso compromete a reputação institucional e dificulta qualquer trabalho posterior por servidores do campus com este mesmo coletivo. Se houver dificuldades, então seja honesto com o coletivo e explique o que está acontecendo. Uma boa comunicação evitará ruídos e mal-entendidos.

Passo 3 - Avaliação das atividades e do curso

Sugere-se que a concepção de avaliação escolhida seja a da avaliação contínua, simétrica reflexiva e que, portanto, prioriza o processo de aprendizagem e valoriza as competências construídas, conforme previsto no Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Programa Nacional Mulheres Mil (<http://proex.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/mulheres-mil-proex/>). Considere as seguintes perguntas:

- a) Na condição de avaliador, como eu avaliarei os alunos?
 - O aluno precisa provar todos os elementos de desempenho?
 - Existem elementos cruciais que todos os alunos devem provar?
 - Que quantidade de evidência o aluno deve mostrar para cada indicador de desempenho?
 - Que nível de aprendizagem eles precisam provar para cada indicador de desempenho?

- Eu estou avaliando um aluno ARAP (Metodologia de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia, método desenvolvido para reconhecer saberes e competências pelo Community Colleges do Canadá, instituições de educação profissional e tecnológica similares aos Institutos Federais) em um nível equivalente ao de um aluno “regular”?

A exigência para aluno ARAP focaliza-se no âmbito prático, por exemplo, dominar a técnica de fazer pão na prática, já a exigência para aluno “regular” tem foco teórico e prático, e muitas vezes o foco maior é a teoria, por exemplo, saber descrever a técnica correta de fazer pão sem precisar fazer o pão e com os termos técnicos utilizados na tecnologia de alimentos e gastronomia.

b) Como indivíduo, de que forma eu serei avaliado?

- Que pergunta eu poderia ter sobre a avaliação da minha evidência?
- Existem elementos cruciais?
- Eu tenho que provar todos os indicadores?
- Quantas evidências são suficientes?
- Eu posso ter uma segunda chance?
- Que “nível” de habilidades eu tenho que provar?

c) As atividades em si, de que forma serão avaliadas?

- Que atividades devem ser realizadas para desenvolver as habilidades descritas no PPC? Elas foram realizadas?
- Quais indicadores são utilizados para monitorar a suficiência das atividades?
- As atividades dependem somente da taxa de bancada?
- A relação com o campus facilitou a realização das atividades do projeto?
- Quais foram as dificuldades na realização das atividades?
- O que pode ser melhorado?
- As demandas prioritárias identificadas no diagnóstico foram sanadas? É necessário mais tempo? O próximo projeto com este grupo precisa focar em qual demanda?

Passo 4 - Certificação

Atente-se à Resolução CONSUP 12/2019 - Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e

Continuada (<http://proex.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/legislacao-proex/>) para emissão dos certificados.

Para o evento de formatura, recomendamos seguir o Guia Básico de Eventos disponibilizado pelo Departamento de Comunicação do IFMT (<http://decom.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/guia-basico-de-eventos-ifmt/>) e o roteiro da Solenidade de Entrega de Certificados de Cursos FIC, também disponibilizado pelo Departamento de Comunicação do IFMT (<http://decom.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/roteiro-solenidade-entrega-certificados-cursos-fic/>).

Conforme o art. 41 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996), “o conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos”.

Os saberes adquiridos pelos trabalhadores ao longo de suas vivências devem ser passíveis de reconhecimento e certificação por meio de instituições certificadoras de competências profissionais, entre as quais os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei 11.892/2008, art. 2o , § 2o); para tal, deve-se seguir a metodologia da Rede Certific (<http://proex.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/rede-certific/>).

9. Metas para 2021 e 2022

Meta 1: Viabilizar a estruturação do Programa Pedro Casaldáliga

- Elaborar o gráfico do projeto.
- Mobilizar servidores do IFMT com trabalhos desenvolvidos com o público-alvo do Programa.
- Mobilizar parceiros externos para contribuírem no Programa.
- Levantar dados que confirmem a viabilidade de execução do Programa.
- Sistematizar os dados coletados.
- Concluir o documento-base, texto que justifica e referencia o programa de extensão aos integrantes de plenárias nas instâncias superiores.

Meta 2: Definir e lançar o piloto do Programa

- Publicar edital para realização do projeto-piloto.
- Selecionar projetos para realização do piloto.
- Realizar projeto-piloto.

- Acompanhar a realização e conclusão do projeto-piloto.

Meta 3: Lançar e executar o Programa Pedro Casaldáliga

- Avaliar as ações dos projetos desenvolvidos no edital-piloto do Programa.
- Estruturar o regulamento do Programa.
- Lançar novos editais do Programa.

10. Referências

RESOLUÇÃO Nº 027, DE 28 DE JUNHO DE 2019 - Regulamento das Ações de Extensão do IFMT: http://ifmt.edu.br/media/filer_public/c9/10/c9100ad6-3d64-4b4c-a984-8e2a78a7c8f8/resolucao_no_027_-_28062019_-_aprovar_regulamento_de_atividades_de_extensao-completa.pdf

RESOLUÇÃO Nº 059, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018 - Regulamento das Atividades Docentes: http://ifmt.edu.br/media/filer_public/08/0d/080d1e0d-909c-474e-b8d8-1ca435be9a46/resolucao_no_0592018_-_regulamento_de_atividades_docentes_comp_1.pdf

RESOLUÇÃO Nº 014, DE 28 DE MARÇO DE 2019 - Regulamento do Programa de Valorização à Pesquisa, Ensino e Extensão: http://ifmt.edu.br/media/filer_public/bd/f6/bdf64991-acca-4adc-9140-c0eea69be70d/resolucao_no_014_-_28032019_-_aprovar_-_pvpe.pdf

RESOLUÇÃO Nº 012, DE 28 DE MARÇO DE 2019 - Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada: http://ifmt.edu.br/media/filer_public/c0/c0/c0c0594a-b060-4da2-8a33-e1e2f1f307d7/resolucao_no_012_-_28032019_-_aprovar_regulamento_dos_cursos_de_formacao_inicial_e_continuada.pdf

DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007 - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

Regulamento Didático do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Resolução nº 081, de 26 de novembro de 2020: http://ifmt.edu.br/media/filer_public/ea/46/ea46ae7b-87bc-402f-b48f-7ea4ef41d130/resolucao_no_081_-_26112020_-_aprovar_o_regulamento_didatico.pdf

BRASIL/ MEC/ CNE. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo.** Resolução nº 01/2002.

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ. Disponível em: www.conaq.org.br.

CABRAL, Cristiano Apolucena. **ANÁLISE DOS DADOS DO CADERNO DE CONFLITOS NO CAMPO DE 2020: a violência enquanto *modus operandi* do Estado e do Capital.** Arquivo PDF, 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Verbete: Acampamento. In: **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

INCRA. **Manual de Operações do Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. Aprovado pela Portaria/Incra/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO MATO GROSSO - SR (13). **Relatório: Tipos de Projetos Criados e o Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária**. Período da Criação do Projeto: 01/01/1970 Até 01/01/2021. Arquivo em PDF.

LEITE, Sergio Pereira. Verbete: Assentamento rural. In: **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. - Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LOURENÇO, S. R. A emergência de identidades étnicas das comunidades quilombolas de Chapada dos Guimarães. **Afro-Ásia**, [S. l.], n. 52, 2015. Disponível em: [//periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21878](http://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21878). Acesso em: 10 ago. 2021.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. “Remanescentes das comunidades dos quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação”. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro**. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SENRA, Ronaldo Eustáquio Feitoza; QUADROS, Imara Pizzato. **Educação ambiental campesina e justiça climática: olhares sobre a formação**. Organizadores e Autores. Pará de Minas, MG: VirtualBooks Editora, Publicação ebook em PDF. 2017. 105p.

SILVA, Regina & SATO, Michèle. **Mapa Social: mapeando os grupos sociais do Estado de Mato Grosso - Brasil**. - Cuiabá: UFMT-GPEA & GTMS, 2011.

NATALINO, Marco. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**. Brasília, DF: IPEA, 2020. (Nota técnica, n. 73). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf. Acesso em: 11 ago. 2021.

MATO GROSSO. Secretaria Adjunta de Assistência Social. Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial. Características da população em situação de rua de Mato Grosso inscrita no Cadastro Único. **Boletim Informativo**, Cuiabá, n. 28, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://vigilanciasocioassistencialmt.wordpress.com/2020/07/17/caracteristicas-da-populacao->

em-situacao-de-rua-de-mato-grosso-inscrita-no-cadastro-unico/. Acesso em: 11 ago. 2021.

SANTOS, Juliano Batista. **Errantes urbanos**: funções corporais e táticas de sobrevivência dos moradores de rua em Cuiabá. Curitiba: CRV, 2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MEC – SETEC

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO

Resolução 79/2021 - RTR-CONSUP/RTR/IFMT, de 19 de novembro de 2021

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto Presidencial de 31.03.2021, publicado no D.O.U. de 05.04.2021, e considerando o ofício RTR/CONSEPE nº 16 de 08 de novembro de 2021 e a decisão da 44ª Reunião Extraordinária deste Conselho, realizada em 16 de novembro de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR o Regulamento das Ações de Pesquisa e Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso conforme recomendado pela Resolução CONSEPE nº 035, de 26 de outubro de 2021;

Art. 2º - APROVAR o Documento Base do Programa Dom Pedro Casaldáliga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso conforme recomendado pela Resolução CONSEPE nº 036, de 26 de outubro de 2021;

Art. 3º - APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física – Licenciatura do IFMT - Campus Cuiabá Coronel Octayde Jorge da Silva conforme recomendado pela Resolução CONSEPE nº 037, de 26 de outubro de 2021;

Art. 4º - APROVAR o Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso conforme recomendado pela Resolução CONSEPE nº 038, de 26 de outubro de 2021;

Art. 5º - APROVAR a Política de Arte e Cultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso conforme recomendado pela Resolução CONSEPE nº 039, de 26 de outubro de 2021;

Art. 6º - APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do IFMT - Campus Pontes e Lacerda conforme recomendado pela Resolução CONSEPE nº 040, de 26 de outubro de 2021

Art. 7º - APROVAR o Regulamento do Programa Institucional REDE IFMT de Pesquisa conforme recomendado pela Resolução CONSEPE nº 041, de 26 de outubro de 2021;

Art. 8º - APROVAR a Política do Centro de Idiomas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso conforme recomendado pela Resolução CONSEPE nº 043, de 26 de outubro de 2021;

Art. 9º - APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Estratégica Aplicada à Segurança Pública - Curso Superior de Polícia conforme recomendado pela Resolução CONSEPE nº 043, de 26 de outubro de 2021.

Art. 10º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Julio César dos Santos
Presidente do Conselho Superior
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Documento assinado eletronicamente por:

- Julio Cesar dos Santos, REITOR - CD0001 - RTR, em 19/11/2021 15:44:05.
- Gilcelio Luiz Peres, DIRETOR GERAL - CD0003 - TGA-DG, em 19/11/2021 18:18:37.
- Gabryel Henryque de Carvalho Bielisque , 201911342140286 - Discente, em 19/11/2021 18:20:03.
- Demetrio de Abreu Sousa, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 19/11/2021 18:56:11.
- Ronilson Farias Majjione Balbuena, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO, em 19/11/2021 19:18:09.
- Sergio Arantes Danna, TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO, em 19/11/2021 20:52:32.
- Jean Claude Rodrigues da Fonseca, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 20/11/2021 10:52:22.
- Lenoir Hoeckesfeld, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 21/11/2021 10:57:20.
- Giliard Brito de Freitas, Diretor Geral - CD0002 - CFS-DG, em 22/11/2021 07:37:46.
- Augusto Cezar D Arruda, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO, em 22/11/2021 07:50:18.
- Indianara Cristiny Franco Rodrigues, FG - ALF-COM, em 22/11/2021 08:29:03.
- Renato Luiz da Silva Costa, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO, em 22/11/2021 08:48:52.
- Nelio Gonçalves de Oliveira, 20191119412930090 - Discente, em 22/11/2021 18:02:20.
- Karlla Tiekô Moraes Sasaki, Karla Tiekô Moraes Sasaki - Outros - Fiemt (03750189000128), em 23/11/2021 10:29:25.
- Daniel de Rezende, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 23/11/2021 14:34:59.
- Cleber Alves Feitosa, COORDENADOR - FUC0001 - ROO-ADS, em 23/11/2021 19:03:23.
- Marcus Vinicius Taques Arruda, PRO-REITOR - CD0002 - , em 25/11/2021 09:00:24.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 18/11/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 267620
Código de Autenticação: 89943a73a0

